

**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**“APOIO AO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL, APOIO FINANCEIRO  
PARA TRANSPORTES DE ATIVIDADES DESPORTIVAS, ORGANIZAÇÃO EVENTO  
BTT – TAÇA INTERMUNICIPAL 2022, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DESPORTIVO E  
MELHORAMENTO DE INSTALAÇÕES (ILUMINAÇÃO LED)”**

-----PRIMEIRO: **MUNICÍPIO DE CASCAIS**, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva n.º. 505 187 531, com sede na Praça 5 de Outubro, n.º. 9, em Cascais, representado neste ato pelo Diretor Municipal de Apoio à Gestão, **FILIPE MIGUEL DE CRUZ E QUEIRÓS NASCIMENTO**, casado, natural da freguesia da Sé Nova, concelho de Coimbra, titular do cartão de cidadão número 10815366 5 ZX4, válido até 3 de agosto de 2031, com domicílio profissional na morada acima referida, de acordo com o despacho de delegação de competências, n.º 46/2021, de 29 de novembro, adiante designado por Primeiro Outorgante.-----

-----SEGUNDO: **GRUPO DE SOLIDARIEDADE MUSICAL E DESPORTIVA DE TALAÍDE**, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva n.º 502 125 772, com sede na Estrada de Talaíde, n.º. 26, 2785-601 São Domingos de Rana, representado neste ato pelo Presidente da Direção, **DOMINGOS MANUEL ALVES ANTUNES**, casado, natural da freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Cascais, titular do cartão de cidadão número 02311475 4 ZY3, válido até 9 de janeiro de 2028, e pelo Tesoureiro **BRUNO ALEXANDRE ALMEIDA ANTUNES**, casado, natural da freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, concelho de Oeiras, titular do cartão de cidadão número 11455692 0 ZX4, válido até 28 de fevereiro de 2031, ambos com domicílio profissional na morada acima mencionada, com poderes para este ato, qualidade e poderes que provaram com a alteração dos estatutos publicados no Portal da Justiça em 10 de setembro de 2010, ata de eleição dos

órgãos sociais para o período de 2022/2023 e ata da tomada de posse, ambas realizadas a 26 de abril de 2022, documentos cujas fotocópias se arquivam na Pasta do Oficial Público, adiante designado por Segundo Outorgante.-----

-----**Considerando que:**-----

- a) Nos termos do disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constitui atribuição municipal, o apoio aos tempos livres e ao desporto; -----
- b) Compete à Câmara Municipal de Cascais, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- c) Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do citado diploma legal compete, de igual modo, apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; -----
- d) O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico dos Contratos-programa de Desenvolvimento Desportivo condiciona a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos por parte das autarquias locais, à celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo; -----
- e) No Regulamento Municipal de Apoio às Entidades Desportivas, publicado em DR 2.ª série, n.º 143, de 26 de julho de 2010, prevê a disponibilização de apoios materiais, humanos, logísticos e ainda a atribuição de participações, em forma de apoio ou do suporte indireto de despesas, para projetos de desenvolvimento

desportivo apresentados sob a forma de candidatura pelas entidades desportivas legalmente constituídas, com sede social ou atividade no concelho de Cascais, que se revistam de interesse para o desenvolvimento desportivo; -----

- f) O Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, tem por objeto a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados e da comunidade em geral, na área da sua circunscrição, conforme artigo 2º. dos seus Estatutos;-----
- g) O Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, em conformidade com os artigos 11º. e 12º. do Decreto-lei nº. 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, e em consonância com o “Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo – Critérios Específicos de Apoio 2022/2023”, aprovado na Reunião de Câmara de 6 de setembro de 2022 (Proposta nº. 922/2022), apresentou quatro candidaturas a apoio financeiro, para apoio ao desenvolvimento desportivo municipal, apoio financeiro e cedência de transportes, organização de eventos desportivos e melhoramento de instalações conforme candidaturas em anexo (Anexos 1, 2, 3 e 4). -----

-----É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, de acordo com a deliberação camarária de 10 de janeiro de 2023, que se rege pelo disposto naquele Decreto-Lei em tudo o que lhe é aplicável e pelas seguintes cláusulas:-----

----- **PRIMEIRA** -----

----- **(Objeto)** -----

-----O presente contrato-programa destina-se a regular a atribuição de uma comparticipação financeira para apoio ao desenvolvimento desportivo municipal, apoio financeiro para transportes de atividades desportivas, organização evento BTT – Taça Intermunicipal 2022, aquisição de material desportivo e melhoramento de instalações

(iluminação LED), no âmbito das candidaturas submetidas no portal do Município, que fazem parte integrante do presente contrato-programa. -----

-----**SEGUNDA**-----

-----**(Duração do contrato)**-----

1. O presente contrato-programa tem início na data em que for publicitado na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais e vigorará até 31 de dezembro de 2023. ---
2. No que respeita à execução do programa de desenvolvimento desportivo, a mesma vinculará os Outorgantes até à aprovação, em assembleia-geral de sócios, do relatório anual de atividades referente ao ano de 2021. -----
3. Caso os relatórios anuais não sejam submetidos ao Primeiro Outorgante, até 30 (trinta) dias após a realização da referida assembleia-geral, constitui-se o Segundo Outorgante na obrigação de restituir as importâncias liquidadas pela Câmara Municipal de Cascais, conforme n.º 1 e 2 do artigo 29.º do D.L. n.º 273/2009, de 1 de Outubro, na sua redação atual. -----

-----**TERCEIRA**-----

-----**(Obrigações dos Outorgantes)**-----

1. O Primeiro Outorgante obriga-se a: -----
  - a) Financiar no montante total de € 39.945,61 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos), para apoio ao desenvolvimento desportivo municipal (€ 700,00), para apoio financeiro para transportes para atividades desportivas (€ 1.750,00), para organização do evento BTT Taça Intermunicipal 2022 (€ 2.000,00), aquisição de material desportivo (€ 563,61) e melhoramento de instalações – substituição de iluminação LED (€ 34.932,00) conforme candidaturas em anexo (Anexo 1, 2 e 3);-----
  - b) As verbas estão inscritas nas GOP's 2023, ação 02.005.2002/84.111 (€ 2.450,00),

com a classificação de despesa 02/04.07.01, e ação 02.005.2002/84.112 (€ 2.000,00), com a classificação de despesa 02/04.07.01 e ação 02.005.2002/85.73 (€ 563,61), com a classificação de despesa 02/08.07.01 e ação 02.005.2002/79.125 (€ 34.932,00), com a classificação de despesa 02/08.07.01 encontram-se devidamente cabimentadas; -----

- c) Proceder ao pagamento da verba, após outorga do contrato-programa, consoante disponibilidade de tesouraria, após a publicitação do presente contrato-programa na página eletrónica da Câmara Municipal de Cascais e mediante entrega de relatório de organização do evento (colocar consoante a tipologia do apoio) e mediante entrega de documento(s) comprovativo(s) da(s) despesa(s);-----
- d) Fiscalizar a execução do presente contrato-programa, recorrendo a todos os procedimentos administrativos adequados para este fim, nomeadamente através da realização de inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinando a realização de auditoria(s) por entidade externa;-----

2. O Segundo Outorgante compromete-se a:-----

- a) Afetar os montante disponibilizado através do presente contrato-programa exclusivamente às finalidades para as quais foram atribuídos, sob pena de devolução integral das importâncias pagas pela Câmara Municipal de Cascais; -----
- b) Realizar, administrar e controlar a implementação do programa de desenvolvimento desportivo considerado no presente contrato-programa;-----
- c) Sujeitar à aprovação da Câmara Municipal de Cascais, através da unidade competente (Divisão de Desenvolvimento Desportivo), toda e qualquer futura parceria ou contratação com terceiros associada ao desenvolvimento do presente Contrato-Programa;-----
- d) Publicitar nos seus processos de comunicação uma referência ao “Apoio da

- Câmara Municipal de Cascais” e sempre que possível reproduzir o logotipo da CMC, respeitando as normas gráficas associadas à sua utilização incluindo a impressão da marca Cascais no vestuário desportivo participado pela CMC; ---
- e) Participar ativamente nas ações de promoção desportiva implementadas pela Autarquia, mobilizando os seus praticantes desportivos para as atividades de demonstração e convívio junto da população de Cascais;-----
  - f) Apresentar relatório final do evento, no prazo máximo de dois meses após término do mesmo, onde deverá constar dados estatísticos de importância (nº participantes, origem, género, escalões etários), bem como de apreciação geral e de execução financeira e respetivos documentos comprovativos de despesa e recorrer a Corporações de Bombeiros do concelho de Cascais, caso a tipologia do evento assim o exija. -----
  - g) Apresentar documentos comprovativos de despesa relativo a transportes e respetivo relatório de participação nas competições associadas às despesas, onde conste o local, data e número de participantes. -----

----- **QUARTA**-----

----- **(Revisão do contrato)** -----

1. Quando ocorra alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que determinaram os termos do presente contrato-programa, deve o Segundo Outorgante, enquanto responsável pela sua execução, propor a revisão dos referidos termos.-----
2. Os Primeiro e Segundo Outorgantes acordam desde já em fixar, por escrito e como adenda ao presente contrato-programa, todos os aspetos e situações de facto que, emergentes do mesmo, não tenham sido objeto do seu clausulado e se venham a revelar necessários à sua boa execução. -----
3. Aplica-se o disposto no número anterior a todos os aspetos e situações de facto que

tenham a natureza de dúvidas e omissões, obtido que seja o acordo de ambos outorgantes.-----

4. O presente contrato-programa poderá ser revisto nos termos previstos no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual. -----

-----QUINTA-----

----- (Resolução do Contrato-Programa) -----

-----Constituem causas legítimas da resolução do presente contrato-programa o incumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 da Cláusula Terceira.-----

-----SEXTA-----

----- (Dúvidas e omissões) -----

-----As dúvidas e omissões resultantes da interpretação, validade ou aplicação das cláusulas deste contrato-programa serão resolvidas casuisticamente, por acordo entre as partes, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objeto expresso na Cláusula Primeira.-----

-----Foram advertidos os outorgantes que este contrato fica dispensado de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, nos termos do art.º 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, começando a produzir efeitos e tendo eficácia financeira a partir da data da sua publicitação. -----

-----O encargo resultante deste contrato no montante global de € 39.945,61 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos), sendo que o valor de € 2.450,00, tem o cabimento n.º 116462 e o compromisso n.º 171343, na dotação prevista no Capítulo Orgânico 02 - Capítulo económico 04 - Grupo 07 – Artigo 01, o valor de € 2.000,00, tem o cabimento n.º 116463 e o compromisso n.º 171342, na dotação prevista no Capítulo Orgânico 02 – Capítulo económico 04 – Grupo 07 – Artigo 01, o valor de € 563,61, tem o cabimento n.º 116464 e o compromisso n.º 171341, na dotação prevista no

Capítulo Orgânico 02 – Capítulo económico 08 – Grupo 07 – Artigo 01 e o valor de € 34.932,00, tem o cabimento n.º 116465 e o compromisso n.º 171340, na dotação prevista no Capítulo Orgânico 02 – Capítulo económico 08 – Grupo 07 – Artigo 01 do Orçamento da Câmara Municipal de Cascais, para o corrente ano económico. -----

-----Arquiva-se na pasta do Oficial Público: declaração de situação contributiva regularizada à Segurança Social obtida em 23 de abril de 2023, (válida por quatro meses), com o NISS 20007546528, certidão de situação tributária regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira emitida pelo Serviço de Finanças de Cascais-2, em 1 de maio de 2023, (válida por três meses).-----

-----E, para constar se lavrou este Contrato que, depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes, perante mim, Maria Ivone Francisco Texugo Ferreira Marques, na qualidade de Oficial Público, nomeada pelo despacho do Presidente da Câmara Municipal, n.º 3/2013, de 3 de janeiro. Aos 30 de maio de 2023.

  
  
  
